

CAPÍTULO 5

*Poder Mundial, Conflito Regional e a
Questão Israelo-Palestina: A História do Território*

PODER MUNDIAL, CONFLITO REGIONAL E A QUESTÃO ISRAELO-PALESTINA: A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO

Edilson Adão Candido da Silva

Em um momento em que o Oriente Médio apresentava relativa calma com a reaproximação entre Irã e Arábia Saudita, estreitamento de relações entre sauditas e Israel, enfraquecimento do grupo extremista Estado Islâmico, amenização da tensa relações entre Irã e Estados Unidos (FANTAPPIE; NASR, 2024), em outubro de 2023, aproximadamente 1500 militantes do grupo fundamentalista Hamas atacaram o sul de Israel sequestrando e matando um grande número de pessoas: as estatísticas iniciais israelenses acusaram 1300 vítimas fatais e 239 reféns. A reação do Estado judeu ao mais impressionante ato de agressão contra a potência militar nos últimos anos foi extremamente vigorosa e até o fechamento desse artigo contavam-se 25 mil vítimas palestinas fatais e mais 63 mil feridos que pagavam o preço da ousadia do Hamas, reafirmando longa tradição na disparidade dos índices estatísticos quando esses dois povos se enfrentam. Números elevados e que recolocam em evidência a questão palestina.

Diga-se que esse tema sempre esteve no centro da agenda internacional. Fazemo-nos valer aqui de dois momentos distintos do século anterior em que se mencionou estar o assunto em destaque nos debates internacionais:

Não me lembro no período recente da história árabe momento em que tenha havido um interesse generalizado, tão sustentado e tão angustiante nos

Estados Unidos. Por trás de todo esse interesse existe, é claro, o fato indiscutível de que os interesses norte-americanos tocam as vidas árabes com um imediatismo intrusivo (SAID, 1986, p. 127).

Said (1986) escrevia sobre como a questão palestina incidia no contexto estadunidense. Vinte e cinco anos antes dessa fala, na ocasião de um importante debate entre o historiador britânico Arnold Toynbee e o embaixador israelense no Canadá, Yaacov Herzog, os editores que compilaram o debate e converteram-no em livro, alertavam:

Vossa senhoria está recebendo este livro que trata de um assunto palpitante e que está no momento em manchete. Dele depende a paz no Oriente Médio e no mundo. Vossa senhoria encontrará no livro o que diz a esse respeito uma autoridade internacional do gabarito do famoso historiador inglês, professor Arnold Toynbee, que focaliza a tragédia de um povo (HILLEL HOUSE Mc GILL UNIVERSITY, 1961, p. 03).

As menções auxiliam na desmistificação de tentar entender o assunto a partir de fatos contemporâneos ratificando que o tema não apresenta raridade nem tampouco é recente; provém de longa data o que, em nossa visão, configura erro de leitura atribuir a crise atual a fatos recentes.

Calorosos debates acadêmicos e políticos ganharam os centros universitários e parlamentos do Brasil e do mundo. A paixão tomou conta das argumentações de ambos os lados da contenda recrudescendo a islamofobia e o antissemitismo; tornou-se difícil abordar a temática sem correr algum risco de acusação por um lado

ou outro; inclusive, esse próprio texto. Tem-se percebido que qualquer crítica mais contundente à letal estratégia israelense se corre o risco em ser imediatamente taxado como antissemita, como se verificou em algumas ocasiões com autores e personalidades, mesmo considerando que árabes palestinos, igualmente, são semitas.

Considerando tal contexto, o presente capítulo esforça-se por realizar uma retrospectiva geohistórica, jogando a âncora da compreensão ao passado: o Oriente Médio não se explica pelos fatos atuais; ele é produto direto e indissociável, especialmente, dos episódios do início do século XX, particularmente, o pós-Primeira Guerra Mundial que delineou o destino territorial dos povos que por lá serpream. Acordos malsucedidos e o irresponsável traçado das fronteiras selaram o destino daquilo que, pasmos, assistimos hoje. A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica e análise de documentos. O objetivo do presente texto é fornecer subsídios históricos para análise do presente momento marcado por traumático conflito.

O DESENVOLVIMENTO DA QUESTÃO

O término da Grande Guerra de 1914 foi decisivo para a construção territorial do Oriente Médio. Diga-se, aquela ordem regional formou-se entre o híbrido da dissolução do Império turco-otomano e a investida imperialista que se fazia acontecer desde meados do século XIX. O Reino Unido saíra como o grande vencedor da nova ordem que surgia, produto de uma bem estabelecida estratégia montada durante o período da disputa contra França e Rússia desde meados do século XVIII e que fora atropelada pela rápida emergência germânica no final do século XIX. Para combater a ameaça francesa que encaminhava um domínio no Levante com a arquitetura megalomaniaca do Canal de Suez, o

Reino Unido correu para dominar a região do Golfo como um bastião anti-França no afã de proteger a joia de sua coroa imperialista, a Índia. Mal sabiam franceses e ingleses que o desfecho final de Suez seria decisivo às pretensões da França selando a hegemonia britânica.

Durante a Grande Guerra os turcos alinharam-se ao eixo germânico, enquanto os árabes que sonhavam construir um grande reino selaram acordos com os britânicos. As famosas cartas trocadas entre o emissário britânico, Henry Mac-Mahon e o xerife de Meca, Hussein al-Hashemi testemunharam acordos não cumpridos. Os acordos entre britânicos e árabes no transcorrer da guerra obedeciam a interesses contrastantes: os árabes apoiariam os ingleses contra os turcos na esperança do reconhecimento da independência, enquanto ingleses tinham outros planos para quando do desfecho do conflito. Ao responder a Hussein em uma das cartas em que esse apresentava as exigências árabes na delimitação territorial de um pretenso reino, Mac-Mahon afirmou:

Apressei-me em levar o conteúdo de vossa carta ao conhecimento do Governo Britânico e é com a maior satisfação que vos transmito em seu nome, a declaração que acolhereis, estou certo, com satisfação. No que concerne aos territórios situados no interior das fronteiras propostas e onde a Grã-Bretanha é livre de agir sem levar em conta os interesses de sua aliada, a França, estou habilitado, em nome do governo de da Grã-Bretanha, a dar-vos as garantias seguintes, em resposta a vossa carta. Levadas as modificações acima, a Grã-Bretanha está pronta em reconhecer e sustentar a independência dos árabes em todas as regiões situadas no interior das fronteiras propostas pelo xerife de Meca (MAC-MAHON *apud* ATTIYAH, 1969, p. 22).

Enquanto tratava com os árabes, os britânicos negociavam as mesmas terras com Rússia e França para dividi-las após o desfecho da guerra que, sabiam, lhes seria favorável. Era o Tratado de Sykes-Picot de 1916 que foi denunciado pelos bolcheviques quando esses destituíram o Império Russo. Reichert (1972) afirma que:

O Tratado de Sykes-Picot é um documento vergonhoso. Revela que ao mesmo tempo em que sir Henry Mac-Mahon estava negociando com o xerife Hussein, os ingleses também negociavam com os franceses. Mas não notificaram os franceses acerca dos acordos com Hussein, nem muito menos Hussein acerca do que tramaram Sykes e Picot. O Acordo nada mais é do que um plano de distribuição das terras do Império Otomano entre França, Grã-Bretanha e a Rússia Czarista (REICHERT, 1972, p. 22).

Enquanto Mac-Mahon, representando o Arab Bureau acordava hipocritamente o reconhecimento de um futuro reino árabe no Oriente Médio, o delegado britânico Mark Sykes delineava com seu colega francês François Picot o Tratado de Sykes-Picot, um terceiro acordo sobre parte das mesmas terras era encaminhado pelo secretário de relações exteriores britânico, Arthur James Balfour junto ao emergente movimento sionista europeu e que reconhecia o direito do povo judeu que vivia na Europa em construir no Oriente Médio aquilo que convencionou-se denominar “Lar nacional judaico.” O Reino Unido logo se perderia no emaranhado de promessas de interesses contrastantes.

Desordens e perturbações internas na Rússia após a Revolução de Outubro de 1917 abortaram Sykes-Picot. De forma premeditada, o novo governo bolchevique denunciou o acordo com o intuito de abalar as alianças da guerra da qual a Rússia se retirara. Mustafa Kemal, líder turco e opositor das pretensões árabes

apressou-se em transmitir a traição a Hussein, com o claro propósito de demovê-lo em persistir combatendo ao lado dos britânicos. Hussein pediu explicações aos britânicos e foi respondido por J.R. Basset, do comando militar britânico que falava em nome do *Arab Bureau*:

Seria supérfluo sublinhar que o objetivo da Turquia é o de semear a dúvida e a desconfiança entre as potências aliadas e os árabes que sob esclarecida direção de Vossa Majestade desenvolvem nobres esforços para recuperar sua antiga liberdade. A política turca visa provocar um desacordo, fazendo crer aos aliados que os árabes poderiam ser levados a renunciar às suas aspirações. Intrigas tais não podem, todavia, conseguir semear a discórdia entre pessoas inspiradas por uma mesma intenção e com vistas a um mesmo objetivo. O Governo de Sua Majestade confirma suas promessas anteriores concernentes à libertação dos povos árabes (*apud* ATIYAH, 1969, p. 38-39).

A HISTÓRIA TRATARIA DE DEMONSTRAR O VALOR DA PALAVRA BRITÂNICA

Após o desfecho da guerra, o Hedjaz, franja ocidental da península arábica onde vivia Hussein foi invadido e tomado pelos Saud que habitavam o Nejed, porção oriental da mesma península. Hussein foi expulso e exilado para o Chipre onde morreu no ostracismo.

Personagem lendária e que participou desse momento da história, Thomas Edward Lawrence narra em seu clássico, Os sete

pilares da sabedoria, que havia alertado Feisal, filho de Hussein, sobre Sykes-Picot:

Felizmente havia muito tempo eu revelara a Feisal a existência do Tratado, convencendo-o de que a única saída seria auxiliar tanto os britânicos, que teriam vergonha de derribar a tiros, por causa do cumprimento das cláusulas. Supliquei-lhes que confiasse, não nas nossas promessas, como seu pai, mas na sua própria força (LAWRENCE, 1938, p. 593).

O Oriente Médio que se forjou após a Primeira Guerra Mundial foi bem diferente daquilo que sonhavam nacionalistas árabes que se envolveram no conflito ou mesmo das pretensões de Hussein e Feisal que a partir do Hedjaz, pretendiam liderar uma nação árabe emergida da ordem do pós-guerra. Feisal ficou por um tempo liderando o novo Iraque, mas após sua morte e de seus descendentes o reino foi alvo de um golpe militar. O que restou da pretensão dos Hashemi foi por meio de um dos filhos de Hussein, Abdhulla que “herdou”, por assim dizer, um “país” surpreendentemente erigido quase que da noite para o dia pelos britânicos para aplacar a tensão do momento: a Jordânia. E o Oriente Médio seria rearranjado política e territorialmente, não seguindo aos interesses dos povos locais, mas do interesse de potências externas.

SIONISMO E MIGRAÇÕES

Enquanto realizava acordos sobre a distribuição das terras árabes com franceses, russos e os próprios árabes, novos comprometimentos britânicos eram encaminhados com o emergente

movimento sionista liderado pelo jornalista austríaco Theodor Herzl e pelo banqueiro Edmond Rotshild, cujo momento ápice foi a histórica Declaração Balfour, concedida pelo secretário de relações exteriores do Reino Unido da Grã-Bretanha, Arthur James Balfour em 1917:

Secretaria do Ministério das Relações Exteriores

2 de novembro de 1917

Estimado Lord Rothschild:

O governo de sua majestade vê com beneplácito o estabelecimento na Palestina de um Lar Nacional para o povo judeu e fará o quanto estiver em seu poder para facilitar a execução desse objetivo, ficando claramente entendido que não se tomará nenhuma medida que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas da Palestina, ou dos direitos e estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país. Agradeço e espero que o senhor faça chegar essa declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Respeitosamente,

Arthur James Balfour.

Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha
(SUWWAN, 1990, p. 66).

Aquela sucessão de acordos controversos conduzidos pelo Reino Unido definiria irreversivelmente o destino do Oriente Médio. Some-se a isso, a competente e bem orquestrada organização sionista que contrastava com o amadorismo, fragmentação e ingenuidade árabe sobre aquilo que estava por vir. O príncipe Feisal chegou a declarar:

Faremos de tudo para cooperar, conforme as propostas sionistas na Conferência de Paz; os judeus que regressarem serão bem-vindos. O movimento judaico é um movimento nacional e não imperialista; o nosso é igualmente nacional e não imperialista, e na Síria há lugar para ambos (REICHERT, 1972, p. 231).

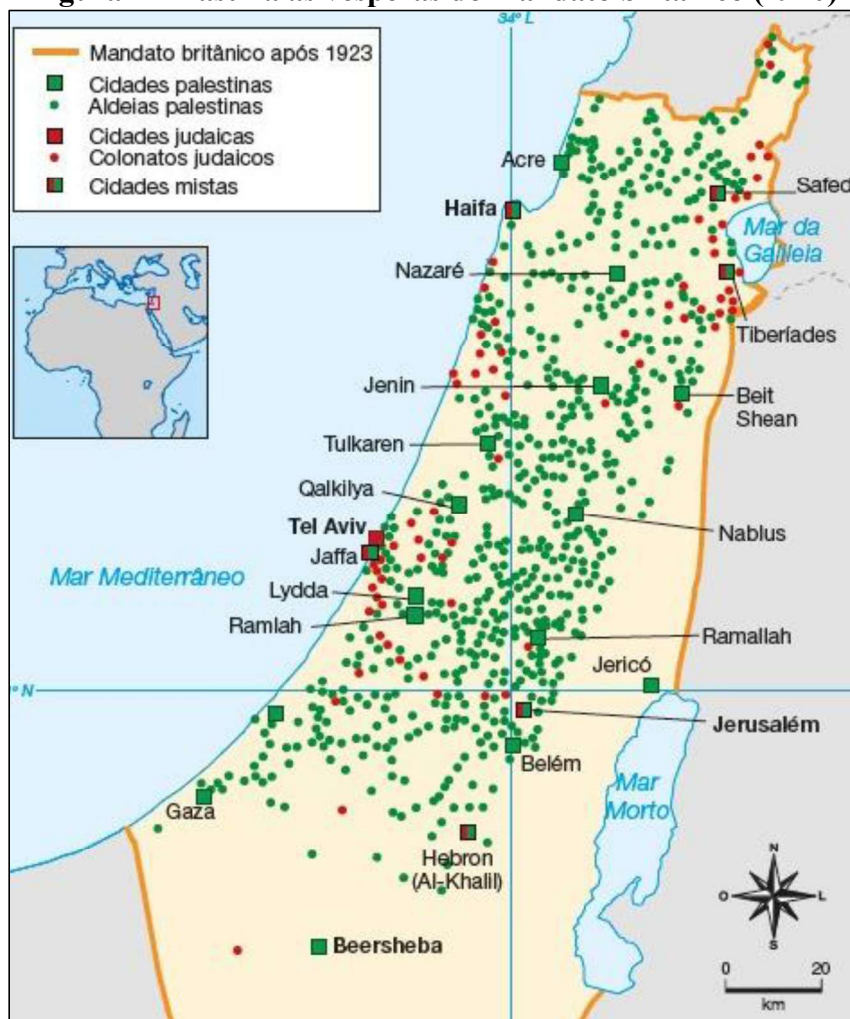
A Conferência de Paz citada ocorrera em 1919, portanto, dois anos após a Declaração Balfour. O processo sionista já estava em curso quando Feisal se dirigindo à Felix Frankfurt, dirigente da Organização Sionista Mundial, reafirmou:

Achamos que os judeus e os árabes são, do ponto de vista da raça, primos; que sofreram perseguições similares da parte de nações mais poderosas e, por uma feliz coincidência, têm estado capazes de empreender, juntamente, os primeiros passos para a realização de seus ideais nacionais. Nós árabes, sobretudo os cultos, consideramos com a maior simpatia o movimento sionista. No que nos respeita, faremos o máximo que pudermos para que elas sejam aprovadas. Apresentamos de todo o coração, aos judeus do retorno, os votos de boas-vindas (ATIYAH, 1970, p. 73-75).

Observando o que se sucedeu depois, essas palavras de Feisal podem num primeiro momento aparentar apenas ingenuidade, porém ele fora orientado pelos aliados britânicos a proceder dessa forma, em sintonia com as pretensões sionistas (REICHERT, 1972). Igualmente, sua prioridade era alcançar o sonhado Reino Árabe idealizado por seu pai e contava ainda com o comprometimento obtido junto à Organização Sionista Mundial de um acordo de nove

cláusulas que fora obtida junto a Chaim Weizmann, presidente da Organização (REICHERT, 1972).

Figura 1 – Pastina às vésperas do mandato britânico (1920)



Fonte: Gresh *et al.* (2003, p. 175).

Uma vez encaminhado o êxito da iniciativa sionista o passo seguinte foi organizar a migração de judeus europeus. A Palestina vista como um território árabe que esteve sob domínio otomano por séculos, encontra leitura diversa nas fileiras sionistas para quem *Palestina* remete a um lugar, não a um povo. Nessa leitura, até o início do século XX eram os judeus e não os árabes quem eram considerados palestinos (KAHN; MURRAY, 1980). Para esses autores, portanto, *palestino* é uma nomenclatura que atende aos anseios judeus e que fora distorcida com propósitos ideológicos e premeditados contra os objetivos sionistas. É uma argumentação compreensível quando se considera o extremo sentimento da identidade nacional entre “nós” e “eles” em que a visão é projetada a partir de seu interior. Contudo, dados de diversas entidades internacionais que não as judias apontam para outra leitura étnica e estatística.

Os dados da Tabela 1 ilustram o encaminhamento de um remodelamento demográfico na Palestina patrocinado pelas migrações que iniciaram durante a transição entre os séculos XIX e XX, aumentando gradativamente até tornar-se especialmente grande nos anos 1930 e 1940 diante do contexto da Segunda Guerra Mundial e àquilo que se passava contra os judeus durante a perseguição nazista.

Com a chegada desse número de judeus europeus e com as aquisições de terras a partir de uma noção de propriedade europeia, diferente daquela que os árabes cultuavam, não tardou a eclosão dos primeiros conflitos entre os nativos e aquele judeu imigrante que chegava, muito diferente daquele judeu que os árabes conheciam e conviviam. Com a hostilidade entre árabes e o judeu que chegava não tardou o agravamento do quadro. O Reino Unido tentou intervir baixando o denominado Livro Branco, ou seja, uma restrição à imigração judia para o Oriente Médio. Contudo, simultaneamente, conformava-se a orquestração da Segunda Guerra Mundial e a

ascensão nazista foi o pior dos mundos aos judeus. A organização sionista orientou-os agora a combater ao nazismo e ao Livro Branco. Com o aumento da imigração judia, acentuou-se a tensão devido à revolta árabe que percebia o que estava em curso e inconformados com a aquisição das terras árabes pelo estrangeiro. O Reino Unido não conseguiu mais conter a onda migratória e se perdia gradativamente na confusão de acordos que armara. Nesse contexto, o projeto judeu ia se consolidando e configurava-se tal contexto na Palestina: os judeus eram poucos e organizados, os árabes, muitos e desunidos. A literatura árabe demonstra em inúmeras passagens os caminhos errantes e sectários da nação árabe quando o assunto é a busca de unidade. Particularmente, citamos aqui os trabalhos de Hourani (1997), Lewis (1982), Kirk (1967) e Lawrence (1938), dentre outros, que abordam essa especificidade.

Tabela 1 – Migração de judeus europeus para a Palestina

Período	Número de imigrantes
1822-1903	20000-30 000
1904-1914	35 000-40 000
1919-1923	35 000
1924-1931	82 000
1932-1938	217 000
1939-1945	92 000
1946-1948	61 000

Fonte: Salem (1970).

Notas: 1882-1918: administração turca na Palestina; 1919-1948: administração britânica na Palestina.

As aspirações sionistas num primeiro momento vinham ao encontro dos interesses britânicos, mas depois passaram a atrapalhar com o excessivo número migratório. Os judeus organizados passaram a desejar mais que um “Lar nacional” e avizinhava-se o desejo efetivo de um Estado Judeu na Palestina compromisso que o Reino Unido não deixara claro em suas evasivas promessas. Os distúrbios entre imigrantes judeus e a população autóctone tornaram-se violentas e mesmo britânicos foram vítimas da violência de grupos extremistas judeus como aconteceu no atentado ao hotel King David em 1946, em Jerusalém, que abrigava o governo mandatário britânico na Palestina: britânicos, palestinos e mesmo judeus foram alvos do atentado que somou 91 vítimas fatais. Nessa altura o movimento judaico contava com organizações extremistas como o Irgun, Haganah e Stern. O Irgun fora o responsável pelo massacre. Outra ação extremista praticada pelo Irgun em associação com o Stern foi o massacre de Deir Yassin em 1948 quando a aldeia palestina foi atacada e os moradores árabes expulsos ou mortos pelos grupos terroristas; somaram-se 250 pessoas mortas (SALEM, 1977). Deir Yassin tornou-se símbolo e sinônimo de temor e fuga naquele contexto de fúria que se apresentava.

PALESTINA: INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL E NAKBA

O término da Segunda Guerra Mundial produziu uma reconfiguração geopolítica do mundo com a bipolaridade antagônica surgida e um conjunto de fatores orientaria, igualmente, a nova ordem regional do Oriente Médio. Pairava forte clima de comoção internacional às atrocidades cometidas contra o povo judeu durante o holocausto; o ocidente guardava sensação de culpa e um ambiente de apoio à causa judaica em busca de seu Estado dava a tônica do momento. O Reino Unido que ao lado de Estados Unidos, União

Soviética e França se declarara vencedor da guerra, na verdade saíra enfraquecido da condição de grande potência na ordem que se encerrava. A confusão que armara ao elaborar acordos com interesses contrastantes e excludentes cobraria seu preço. Por outro lado, muitos Estados árabes alcançavam reconhecimento de suas independências, mas num processo diferente e mesmo artificial, seguindo um curso bem distinto do que fora planejado pelo nacionalismo liberal árabe. A fragmentação, ao contrário da unidade, daria o tom. Outro ingrediente importante foi os Estados Unidos assumirem a condição de superpotência e aliado incondicional ao projeto sionista no lugar do Reino Unido, o que foi importante para o sucesso do movimento judaico.

Em 1947, o assunto foi transferido para a recém-criada Organizações das Nações Unidas (ONU) a pedido do Reino Unido, desgastado que estava pela confusa administração do mandato da Palestina que recebera na Conferência de San Remo em 1920. Em sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU fora indicada uma comissão especial para examinar a questão da Palestina (NAÇÕES UNIDAS, 1986). A comissão apresentou duas propostas: a primeira propôs o fim do mandato britânico e a partilha da Palestina em dois Estados, um judeu e outro árabe, além da internacionalização de Jerusalém. O segundo encaminhamento propunha um único Estado federado e que conteria judeus e árabes (SILVA, 2010).

A representação dos palestinos foi assumida pela recém-criada Liga dos Estados Árabes que se posicionou exigindo uma “Palestina independente a oeste do rio Jordão” (NAÇÕES UNIDAS, 1986, p. 04). No entanto, o processo encaminhado pela Assembleia Geral da ONU apontava para outra direção em que se desenhava a criação de dois Estados. O Reino Unido desejava se retirar o mais rápido possível da região e a resolução 181 da Assembleia corroborava esse propósito na preparação ao desfecho final:

O Mandato para Palestina terminará o mais rápido possível, em todo caso, o mais tardar, em primeiro de agosto de 1948. As forças armadas do Poder obrigatório serão progressivamente retiradas da Palestina que deve ser concluída o mais rápido possível. A Potência obrigatória informará a Comissão, com a maior antecedência possível, sobre sua intenção de terminar o mandato e evacuar toda a área (UNITED NATIONS, 1947).

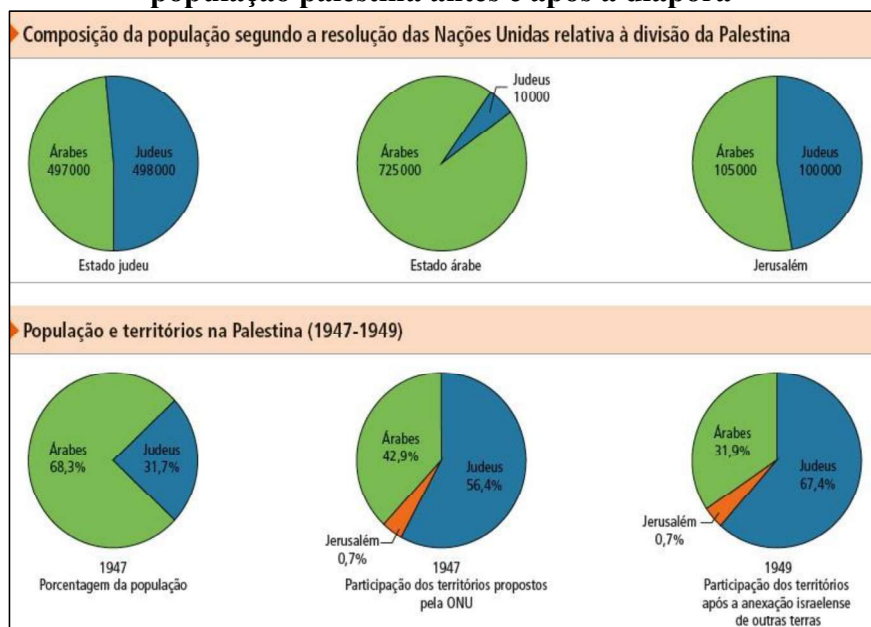
A resolução 181 de 1947 definiria a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu contendo 14,1 km² abrangendo 56% da Palestina com uma população de 1.008.800 habitantes, com pouco mais da metade constituída por árabes (509.780). Outro Estado árabe com 11,5 mil km² contendo aproximadamente 43% da Palestina e contando com uma população de 814.000 habitantes sendo 10 mil judeus (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

A aprovação da resolução em sessão plenária da Assembleia Geral da ONU ocorreu em 29 de novembro de 1947 e em seguida o Reino Unido anunciou que se retiraria da Palestina em primeiro de agosto de 1948 – porém, antecipou sua retirada para 15 de maio, mesmo dia da declaração de independência de Israel por David Ben Gurion (ONU, 1986). Apesar da decisão, o clima persistia tenso e com perspectiva de exasperação recíproca. A previsão se confirmou: tão logo foi anunciada a independência israelense, essa não foi aceita pelos membros árabes que declararam guerra àquele que consideravam “um corpo estranho no mundo árabe”, um erro de cálculo trágico e de limitada visão política. Eclodia a primeira guerra árabe-israelense em 1948.

Aquilo que significava uma glorificação nacional de independência ao povo judeu e que foi sacramentado em 15 de maio de 1948, aos árabes palestinos correspondeu à *Nakba* (catástrofe). Após o desfecho desse novo capítulo da questão árabe-israelense

com a criação do Estado de Israel e a vitória judaica na guerra de 1948, a primeira de muitas outras, iniciou-se uma grande diáspora palestina.

Gráfico 1 – Composição da população palestina antes e após a diáspora



Fonte: Centro de Información del Consejo Mundial por la Paz (1987).

O Estado palestino que mal surgira, desapareceu literalmente do mapa: fora incorporado em parte por Israel, Egito e Jordânia e os palestinos tornaram-se apátridas, vivendo parte sob custódia israelense e outra parte tornara-se refugiados em diversos países do Oriente Médio e mesmo fora da região. As nações Unidas criaram a UNRWA – das iniciais em inglês United Nations Relief and Work

Agency for Palestine Reffugges in the Near East – que passou a assistir aos refugiados palestinos. Segundo a agência da ONU, em 2022 estavam catalogados 6,65 milhões de refugiados palestinos distribuídos, especialmente, entre Jordânia, Líbano, Síria, Cisjordânia, Faixa de Gaza, dentre outros lugares com menor número (UNRWA, 2023).

Figura 2 – A partilha da Palestina (ONU)



Fonte: Adaptada de ONU (1980).

No exílio, iniciou-se a organização de resistência palestina por meio de movimentos universitários e de guerrilha. Nos meios acadêmicos do Egito surgiu a al Fatah e que mais tarde deu origem à Organização pela Libertação da Palestina, OLP, em 1964, inicialmente dirigida pelo advogado Ahmed Shukeiri e a partir de 1969, sob liderança de Yasser Arafat. Eram inúmeras correntes que se abrigavam dentro da OLP, desde as diplomáticas às da luta armada que fustigavam as fronteiras sul de Israel por meio de investidas guerrilheiras. Apesar das inúmeras linhas de atuação, havia uma identidade inquestionável com a OLP, a força catalizadora de todo povo palestino.

Nos anos 1960 pairava tenso ambiente no Oriente Médio alimentado pelo revanchismo árabe e forte inconformismo com a superioridade bélica israelense. Líderes regionais oportunistas tentavam se apropriar da causa palestina, sabedores que eram da identidade do mundo árabe com a questão. Gamal Abdul Nasser talvez tenha sido o mais ativo e quem melhor tirou proveito político da temática, tecendo um discurso agressivo, propagava a vingança árabe difundindo uma campanha anti-israelense nas rádios do mundo árabe, alardeando que a vitória estava próxima. Um olhar mais atento ao seu discurso revelaria, na verdade, tratar-se de um blefe. As incursões guerrilheiras palestinas em território israelense seguiam de forma intensa.

Os árabes ameaçavam e blefavam e quem agiu foi Israel: em 05 de junho de 1967 atacou surpreendentemente e de forma simultânea ao Egito, Síria e Jordânia, destruindo a força aérea desses países no solo. Em seguida colocou sua força terrestre com tanques, infantaria e guarnições muito bem armadas em campo, enquanto paraquedistas ocupavam o Canal de Suez. Foi uma vitória fulminante e incontestada em menos de uma semana, daí o nome, Guerra dos Seis Dias.

Essa provavelmente tenha sido a mais importante guerra árabe-israelense, pois foi a de maiores implicações territoriais com consequências até os dias de hoje. Como é sabido e divulgado por muitos estudiosos, Israel, venceu e ocupou a Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península do Sinai e Colinas de Golan. A ONU condenou a ocupação por meio da resolução 242, uma das mais famosas da Organização e tema de controvérsias quanto à sua interpretação. Israel não obedeceu à resolução, ao contrário, iniciou um processo de colonização dos territórios ocupados e que, em muito, segue aos dias atuais.

Reza a resolução:

O Conselho de Segurança [...], enfatizando a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura na qual cada Estado na região possa viver em segurança [...] afirma a aplicação dos seguintes princípios: (I) evacuação das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito; (II) encerramento de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito pelo reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e de seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas [...]. Nações Unidas, 22 de novembro de 1967 (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 1988, p. 11).

Depreende-se exatamente do que se seguiu após 1967 e ao não cumprimento da resolução 242 a motivação principal do odioso ambiente que se forjou na questão israelo-palestina: a Guerra dos Seis Dias é evento indispensável para explicar o clima de comoção e revolta palestina ao ver a ocupação e colonização iniciar-se sem

mais parar. Ali foi lançada a semente do ódio cujo fruto foi a violência. Muito do que seguiu, inclusive o surgimento de movimentos extremistas que adotaram a via de atentados suicidas, encontra no pós-1967 sua gênese. Extremismo fundamentalista somado ao que se processou após a anexação e colonização de 1967 estão por trás do acirramento da violência na questão palestina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe pelo contexto tratado no capítulo a presente crise no Oriente Médio em outubro de 2023 está muito longe de ter uma motivação contemporânea. Entendemos ser uma leitura de baixo alcance atribuir a origem do problema ao Hamas, como se tem percebido, embora, é inegável tratar-se de um grupo extremista e métodos questionáveis, cuja iniciativa recente trouxe mais danos que benefícios ao povo palestino. Mas ele é consequência do processo e não causa: o Hamas é de 1987, vinte anos após a Guerra dos Seis Dias e oitenta e sete anos após a Conferência de San Remo que entregou o mandato da Palestina aos britânicos. Esses dois eventos, somados à partilha de 1947 explicam melhor a situação, não o Hamas cujo surgimento, inclusive, é decorrente dos episódios precedentes. O grupo é produto direto da primeira Intifada de 1987, essa uma revolta contra a ocupação dos territórios ocupados em 1967 e do inconformismo à opressão ao povo palestino.

Não faltam estudos sobre esse tema no Brasil e no mundo e muitas foram as propostas institucionais que não vingaram. Os Acordos de Oslo, a maior delas. A perspectiva passional e religiosa têm sido um agente dificultador para a efetivação de planos de paz. Basta lembrar o que aconteceu a Ytzhak Rabin quando ao lado de Yasser Arafat tentaram um Acordo de Paz em 1993; pagou com a

vida. Quem matou Rabin? A resposta é objetiva: o fundamentalismo judaico.

A violenta crise contemporânea decorrente dos atentados de outubro de 2023 é mais uma dentre tantas crises. Temos produzidos algumas reflexões nos últimos anos sobre o tema e as notas conclusivas têm de certa forma se repetido, em muito porque a constatação nota-se um tanto quanto óbvia: não haverá paz ao Oriente Médio enquanto não houver justiça territorial e para que isso se concretize é preciso retornar, repensar e reconstruir muito do que se processou equivocadamente após a Primeira Guerra Mundial, seja em Paris (1919), Sévres (1920), Lausanne (1923) ou San Remo (1920), conferências e tratados com soluções paliativas. Ou, no caso, especificamente da questão israelo-palestina voltar, ao mínimo, nos dizeres da resolução 242 de 1967 e a partir daí direcionar para aquilo que parece óbvio perante boa parte da “comunidade internacional”: a criação de dois Estados soberanos na Palestina, no mais, nenhuma grande novidade em relação àquilo que já fora definido por meio da resolução 181 de 1947; ao contrário: a resolução 242 é bem mais modesta que a proposta de 1947.

O ceticismo e uma atmosfera de intolerância têm guiado a cena regional. O complexo quadro político é fruto de uma diversidade multifatorial, mas encontra sólida base em uma realidade concreta: as fronteiras coloniais dão a tônica da instabilidade no Oriente Médio. O momento presente é fruto de um passado interventor e dificilmente haverá paz sem rever essa perspectiva.

REFERÊNCIAS

ATIYAH, E.; CATTAN, H. **Palestina, terra de promessa e de sangue**. Rio de Janeiro: Delegação da Liga dos Estados Árabes, 1969.

CENTRO DE INFORMACIÓN DEL CONSEJO MUNDIAL POR LA PAZ. **Problación y tierras em Palestina**. Helsinque: CMLP, 1987.

GIL, F. J. F.; BALSALOBRE, J. P. **Setenta años del atentado del hotel Rey David de Jerusalém**. Granada, Grupo de Estudios em Seguridad Internacional, 2016.

HILLEL HOUSE Mc GILL UNIVERSITY. **Transcrições de um debate entre Yaacov Herzog e Arnold Toynbee, sobre relações árabe-israelitas e política israelita com os refugiados**. Montreal: Hillel House Mc Gill University, 1961.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Editora Cia das letras, 1995.

KAHN, A.; MURRAY, T. F. **Israel e os palestinos: um disfarce político**. São Paulo: Casa de Cultura de Israel, 1980.

KIRK, G. **História do Oriente Médio**: Desde a ascensão do Islã até a época contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

LAWRENCE, T. E. **Os sete pilares da sabedoria**. Rio de Janeiro: Editora Cia Brasil, 1938.

LEWIS, B. **Os árabes na história**. Lisboa: Estampa, 1982.

MANSFIELD, P. **A history of the Middle East**. London: Penguin Books, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **As nações Unidas e a questão da Palestina**. Nova Iorque: ONU, 1986.



NAÇÕES UNIDAS. **Centro De Informação Das Nações Unidas No Brasil**. Rio de Janeiro: ONU, 1988.

FANTAPPIE, M.; NASR, V. “The war that remade the Middle East. How Washington can stabilize transformes region”. **Foreign Affairs**, vol. 103, n. 1, 2024.

REICHERT, R. **História da Palestina**. São Paulo: Editora da USP, 1972.

SAID, E. W. “The Palestine question and the american contexto”. **Arab Studies Quartely**, vol. 2, n. 2, 1986.

SALEM, H. **Palestinos, os novos judeus**. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1977.

SILVA, E. A. C. S. **Oriente Médio, a gênese das fronteiras**. São Paulo: Editora Zapt, 2010.

SUWWAN, F. **OLP - Organização para a Libertação da Palestina**. Brasília: Editora OLP, 1990.

UNITED NATIONS. “The question of Palestine”. **United Nations** [2024]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso: 03/02/2024.

UNITED NATIONS. “The question of Palestine and the General Assembly”. **United Nations** [1947]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso: 03/02/2024.

UNITED NATIONS. “XVII Resolution Adopted on the Report of the ad Hoc Committee on the Palestinian Question”. **United Nations** [2024]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso: 03/02/2024.

UNRWA – United Nations Relief and Work Agency for Palestine Refugges in the Near East. **UNRWA Statistics Bulletin: General Statistics**. Gaza: UNRWA, 2023.